

Questão 01 - (ENEM) Revoltas Nativistas

No clima das ideias que se seguiram à revolta de São Domingos, o descobrimento de planos para um levante armado dos artífices mulatos na Bahia, no ano de 1798, teve impacto muito especial; esses planos demonstravam aquilo que os brancos conscientes tinham já começado a compreender: as ideias de igualdade social estavam a propagar-se numa sociedade em que só um terço da população era de brancos e iriam inevitavelmente ser interpretados em termos raciais.

MAXWELL, K. Condicionaismos da Independência do Brasil. In: SILVA, M.N. (coord.)

O Império luso-brasileiro, 1750-1822. Lisboa: Estampa, 1986.

O temor do radicalismo da luta negra no Haiti e das propostas das lideranças populares da Conjuração Baiana (1798) levaram setores da elite colonial brasileira a novas posturas diante das reivindicações populares. No período da Independência, parte da elite participou ativamente do processo, no intuito de

- instalar um partido nacional, sob sua liderança, garantindo participação controlada dos afrobrasileiros e inibindo novas rebeliões de negros.
- atender aos clamores apresentados no movimento baiano, de modo a inviabilizar novas rebeliões, garantindo o controle da situação.
- firmar alianças com as lideranças escravas, permitindo a promoção de mudanças exigidas pelo povo sem a profundidade proposta inicialmente.
- impedir que o povo conferisse ao movimento um teor libertário, o que terminaria por prejudicar seus interesses e seu projeto de nação.
- rebelar-se contra as representações metropolitanas, isolando politicamente o Príncipe Regente, instalando um governo conservador para controlar o povo.

Questão 02 - (ENEM) Revoltas Separatistas

O alfaiate pardo João de Deus, que, na altura em que foi preso, não tinha mais do que 80 réis e oito filhos, declarava que "Todos os brasileiros se fizessem franceses, para viverem em igualdade e abundância".

MAXWELL, K. Condicionaismos da independência do Brasil. SILVA, M. N. (org.)

O império luso-brasileiro, 1750-1822. Lisboa: Estampa, 1986.

O texto faz referência à Conjuração Baiana. No contexto da crise do sistema colonial, esse movimento se diferenciou dos demais movimentos libertários ocorridos no Brasil por

- defender a igualdade econômica, extinguindo a propriedade, conforme proposto nos movimentos liberais da França napoleônica.
- introduzir no Brasil o pensamento e o ideário liberal que moveram os revolucionários ingleses na luta contra o absolutismo monárquico.

c) propor a instalação de um regime nos moldes da república dos Estados Unidos, sem alterar a ordem socioeconômica escravista e latifundiária.

d) apresentar um caráter elitista burguês, uma vez que sofrera influência direta da Revolução Francesa, propondo o sistema censitário de votação.

e) defender um governo democrático que garantisse a participação política das camadas populares, influenciado pelo ideário da Revolução Francesa.

Questão 03 - (ENEM) Período Pombalino

O Marquês de Pombal, ministro do rei Dom José I, considerava os jesuítas como inimigos, também porque, no Brasil, eles catequizavam os índios em aldeamentos autônomos, empregando a assim chamada língua geral. Em 1755, Dom José I aboliu a escravidão do índio no Brasil, o que modificou os aldeamentos e enfraqueceu os jesuítas.

Em 1863, Abraham Lincoln, o presidente dos Estados Unidos, aboliu a escravidão em todas as regiões do Sul daquele país que ainda estavam militarmente rebeldes contra a União em decorrência da Guerra de Secessão. Com esse ato, ele enfraqueceu a causa do Sul, de base agrária, favorável à manutenção da escravidão. A abolição final da escravatura ocorreu em 1865, nos Estados Unidos, e em 1888 no Brasil.

Nos dois casos de abolição de escravatura, observam-se motivações semelhantes, tais como

- razões estratégicas de chefes de Estados interessados em prejudicar adversários, para afirmar sua atuação política.
- fatores culturais comuns aos jesuítas e aos rebeldes do Sul, contrários ao estabelecimento de um governo central.
- cumprimento de promessas humanitárias de liberdade e igualdade feitas pelos citados chefes de Estado.
- eliminação do uso de línguas diferentes do idioma oficial reconhecido pelo Estado.
- resistência à influência da religião católica, comum aos jesuítas e aos rebeldes do sul.

Questão 04 - (ENEM) Vinda da Família Real

TEXTO I

O príncipe D. João VI podia ter decidido ficar em Portugal. Nesse caso, o Brasil com certeza não existiria. A Colônia se fragmentaria, como se fragmentou a parte espanhola da América. Teríamos, em vez do Brasil de hoje, cinco ou seis países distintos. (José Murilo de Carvalho)

TEXTO II

Há no Brasil uma insistência em reforçar o lugar-comum segundo o qual foi D. João VI o responsável pela unidade do país. Isso não é verdade. A unidade do Brasil foi construída ao longo do tempo e é, antes de

tudo, uma fabricação da Coroa. A ideia de que era preciso fortalecer um Império com os territórios de Portugal e Brasil começou já no século XVIII. (Evaldo Cabral de Mello)

1808 – O primeiro ano do resto de nossas vidas. **Folha de S. Paulo**, 25 nov. 2007 (adaptado).

Em 2008, foi comemorado o bicentenário da chegada da família real portuguesa ao BRasil. Nos textos, dois importantes historiadores brasileiros se posicionam diante de um dos possíveis legados desse episódio para a história do país. O legado discutido é um argumento que sustenta a diferença do primeiro ponto de vista para o segundo estão associados, respectivamente, em:

- Integridade territorial – Centralização da administração régia na Corte.
- Desigualdade social – Concentração da propriedade fundiária no campo.
- Homogeneidade intelectual – Difusão das ideias liberais nas universidades.
- Uniformidade cultural – Manutenção da mentalidade escravista nas fazendas.
- Continuidade espacial – Cooptação dos movimentos separatistas nas províncias.

Questão 05 - (ENEM)

Eu, o Príncipe Regente, faço saber aos que o presente Alvará virem: que desejando promover e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos mananciais dela as manufaturas e a indústria, sou servido abolir e revogar toda e qualquer proibição que haja a este respeito no Estado do Brasil.

Alvará de liberdade para as indústrias (1º de Abril de 1808).

In Bonavides, P.; Amaral, R. **Textos políticos da História do Brasil**. Vol. 1. Brasília: Senado Federal, 2002 (adaptado).

O projeto industrializante de D. João, conforme expresso no alvará, não se concretizou. Que características desse período explicam esse fato?

- A ocupação de Portugal pelas tropas francesas e o fechamento das manufaturas portuguesas.
- A dependência portuguesa da Inglaterra e o predomínio industrial inglês sobre suas redes de comércio.
- A desconfiança da burguesia industrial colonial diante da chegada da família real portuguesa.
- O confronto entre a França e a Inglaterra e a posição dúbia assumida por Portugal no comércio internacional.
- O atraso industrial da colônia provocado pela perda de mercados para as indústrias portuguesas.

Questão 06 - (ENEM)

Em 2008 foram comemorados os 200 anos da mudança da família real portuguesa para o Brasil, onde foi instalada a sede do reino. Uma sequência de eventos importantes ocorreu no período 1808-1821, durante os 13 anos em que D. João VI e a família real portuguesa permaneceram no Brasil.

Entre esses eventos, destacam-se os seguintes:

- Bahia – 1808: Parada do navio que trazia a família real portuguesa para o Brasil, sob a proteção da marinha britânica, fugindo de um possível ataque de Napoleão.

- Rio de Janeiro – 1808: desembarque da família real portuguesa na cidade onde residiriam durante sua permanência no Brasil.
- Salvador – 1810: D. João VI assina a carta régia de abertura dos portos ao comércio de todas as nações amigas, ato antecipadamente negociado com a Inglaterra em troca da escolta dada à esquadra portuguesa.
- Rio de Janeiro – 1816: D. João VI torna-se rei do Brasil e de Portugal, devido à morte de sua mãe, D. Maria I.
- Pernambuco – 1817: As tropas de D. João VI sufocam a revolução republicana.

GOMES, L. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e**

mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo:

Editora Planeta, 2007 (adaptado)

Uma das consequências desses eventos foi

- a decadência do império britânico, em razão do contrabando de produtos ingleses através dos portos brasileiros.
- o fim do comércio de escravos no Brasil, porque a Inglaterra decretara, em 1806, a proibição do tráfico de escravos em seus domínios.
- a conquista da região do rio da Prata em represália à aliança entre a Espanha e a França de Napoleão.
- a abertura de estradas, que permitiu o rompimento do isolamento que vigorava entre as províncias do país, o que dificultava a comunicação antes de 1808.
- o grande desenvolvimento econômico de Portugal após a vinda de D. João VI para o Brasil, uma vez que cessaram as despesas de manutenção do rei e de sua família.

Questão 07 - (ENEM)

A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. A presença da Corte implicava uma alteração do acanhado cenário urbano da Colônia, mas a marca do absolutismo acompanharia a alteração.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995 (fragmento).

As transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro em decorrência da presença da Corte estavam limitadas à superfície das estruturas sociais porque

- a pujança do desenvolvimento comercial e industrial retirava da agricultura de exportação a posição de atividade econômica central na Colônia.
- a expansão das atividades econômicas e o desenvolvimento de novos hábitos conviviam com a exploração do trabalho escravo.
- a emergência das práticas liberais, com a abertura dos portos, impedia uma renovação política em prol da formação de uma sociedade menos desigual.
- a integração das elites políticas regionais, sob a liderança do Rio de Janeiro, ensejava a formação de um projeto político separatista de cunho republicano.
- a dinamização da economia urbana retardava o tratamento de mulatos e imigrantes, importante para as necessidades do trabalho na cidade.

Questão 08 - (ENEM)

A liderança política do processo de independência das colônias foi decisiva para os rumos que as novas nações tomaram, pois as elites evitaram que as reivindicações mais radicais fossem atendidas, marginalizando, assim, política e socialmente, a maioria. A ruptura dos laços coloniais não significou o surgimento de uma sociedade democrática e autônoma.

A respeito da formação do Estado Nacional na América Latina, é correto associar ao texto acima

- a) o governo de D. Pedro I no Brasil, que provocou adesões daqueles que queriam mais garantias constitucionais, o que conferiu ao imperador reconhecimento e apoio da elite latifundiária.
- b) a unidade administrativa do império português, por haver características comuns entre as regiões colonizadas e homogeneidade na ocupação.
- c) a falta de líderes para os movimentos nacionalistas contra o domínio português, em oposição à América Espanhola.
- d) os partidos políticos que se formaram no final do século XVIII e assumiram os controles político e administrativo dos Estados se ergueram contra os grandes proprietários de terra e rebanhos.
- e) o ordenamento jurídico-político e as diretrizes econômicas no início do século XIX beneficiaram os segmentos sociais não proprietários, devido ao incremento na produção manufatureira.

Questão 09 - (ENEM) Brasil Imperio

No tempo da independência do Brasil, circulavam nas classes populares do Recife trovas que faziam alusão à revolta escrava do Haiti:

Marinheiros e caiados
Todos devem se acabar,
Porque só pardos e pretos
O país hão de habitar.

AMARAL, F. P. do. *Apud* CARVALHO, A. **Estudos pernambucanos.**

Recife: Cultura Acadêmica, 1907.

O período da independência do Brasil registra conflitos raciais, como se depreende

- a) dos rumores acerca da revolta escrava do Haiti, que circulavam entre a população escrava e entre os mestiços pobres, alimentando seu desejo por mudanças.
- b) da rejeição aos portugueses, brancos, que significava a rejeição à opressão da Metrópole, como ocorreu na Noite das Garrafadas.
- c) do apoio que escravos e negros forros deram à monarquia, com a perspectiva de receber sua proteção contra as injustiças do sistema escravista.
- d) do repúdio que os escravos trabalhadores dos portos demonstravam contra os marinheiros, porque estes representavam a elite branca opressora.
- e) da expulsão de vários líderes negros independentistas, que defendiam a implantação de uma república negra, a exemplo do Haiti.

Questão 10 - (ENEM)

A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas e funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da

corte, dos seus empregos e dos seus parentes após o ano de 1808.

NOVAIS, F. A.; ALENCASTRO, L. F. (Org.). **História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Os fatos apresentados se relacionam ao processo de independência da América portuguesa por terem

- a) incentivado o clamor popular por liberdade.
- b) enfraquecido o pacto de dominação metropolitana.
- c) motivado as revoltas escravas contra a elite colonial.
- d) obtido o apoio do grupo constitucionalista português.
- e) provocado os movimentos separatistas das províncias.

Questão 11 - (ENEM)

Eu gostaria de entrar nua no rio, mas estou aqui entre homens, somos todos soldados. Os portugueses de uma canhoneira bombardearam Cachoeira, então um bando de Periquitos, e entre eles eu e mais cinco ou seis mulheres, entramos no rio, de culote, bota e perneira, capa abotoada e baioneta calada. Pensei outra vez no sítio. Ali tudo era cálido, os panos convidavam ao sono. Aqui, luta-se pela vida, pela Pátria. Minha baioneta rasga o ventre de um português que não quer reconhecer a Independência do Brasil gritada, lá no Sul, pelo Imperador D. Pedro.

MARIA QUITÉRIA, s/d. Disponível em:
www.vidaslusofonas.pt.

Acesso em: 31 jan. 2012 (adaptado).

A análise do texto revela um processo de emancipação política do Brasil que supera o marco do Grito do Ipiranga e da figura de D. Pedro I, pois a luta pela independência

- a) foi conduzida por um exército profissional.
- b) ficou limitada a disputas e acordos políticos.
- c) fomentou movimentos separatistas do Sul do país.
- d) contou com a participação de diversos segmentos sociais.
- e) consolidou uma ideia de pátria que excluía a herança portuguesa.

Questão 12 - (ENEM)

A Confederação do Equador contou com a participação de diversos segmentos sociais, incluindo os proprietários rurais que, em grande parte, haviam apoiado o movimento de independência e a ascensão de D. Pedro I ao trono. A necessidade de lutar contra o poder central fez com que a aristocracia rural mobilizasse as camadas populares, que passaram então a questionar não apenas o autoritarismo do poder central, mas o da própria aristocracia da província. Os líderes mais democráticos defendiam a extinção do tráfico negreiro e mais igualdade social. Essas idéias assustaram os grandes proprietários de terras que, temendo uma revolução popular, decidiram se afastar do movimento. Abandonado pelas elites, o movimento enfraqueceu e não conseguiu resistir à violenta pressão organizada pelo governo imperial.

FAUSTO, B **História do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1996 (adaptado)

Com base no texto, é possível concluir que a composição da confederação do Equador envolveu, a princípio,

- a) os escravos e os latifundiários descontentes com o poder centralizado.
- b) diversas camadas, incluindo os grandes latifundiários, na luta contra a centralização política.
- c) as camadas mais baixas da área rural, mobilizadas pela aristocracia, que tencionava subjugar o Rio de Janeiro.
- d) as camadas mais baixas da população, incluindo os escravos, que desejavam o fim da hegemonia do Rio de Janeiro.
- e) as camadas populares, mobilizadas pela aristocracia rural, cujos objetivos incluíam a ascensão de D. Pedro I ao trono.

Questão 13 - (ENEM)

Art. 92. São excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais:

- I. Os menores de vinte e cinco anos, nos quais não se compreendam os casados, e Oficiais Militares, que forem maiores de vinte e um anos, os Bacharéis Formados e Clérigos de Ordens Sacras.
- IV. Os Religiosos, e quaisquer que vivam em Comunidade claustral.
- V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

Constituição Política do Império do Brasil (1824).

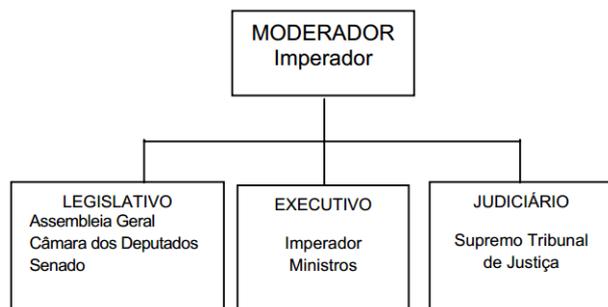
Disponível em: <https://legislação.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2010 (adaptado).

A legislação espelha os conflitos políticos e sociais do contexto histórico de sua formulação. A Constituição de 1824 regulamentou o direito de voto dos “cidadãos brasileiros” com o objetivo de garantir

- a) o fim da inspiração liberal sobre a estrutura política brasileira.
- b) a ampliação do direito de voto para maioria dos brasileiros nascidos livres.
- c) a concentração de poderes na região produtora de café, o Sudeste brasileiro.
- d) o controle do poder político nas mãos dos grandes proprietários e comerciantes.
- e) a diminuição da interferência da Igreja Católica nas decisões político-administrativas.

Questão 14 - (ENEM)

No primeiro reinado, D. Pedro I nomeou e comandou um Conselho de Estado que concluiu a primeira Constituição Brasileira, que, outorgada em 1824, estabeleceu quatro poderes assim configurados.



Nesses quatro poderes,

- a) o poder moderador concedia ao imperador a primazia no governo e a autoridade sobre os demais poderes.

- b) o poder executivo era o centro das decisões, que resultavam do entendimento entre imperador e ministros.
- c) o papel de cada um era bem definido e independente, de modo que um não interferia nos assuntos dos outros.
- d) o papel de moderador, exercido pelo imperador, significava que o monarca era apenas um conciliador entre os poderes.
- e) o poder legislativo, por ter maior representatividade numérica (deputados, senadores), gozava de maior influência nas decisões do Império.

Questão 15 - (ENEM)



DEBRET, J. B.; SOUZA, L. M. (org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa, v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

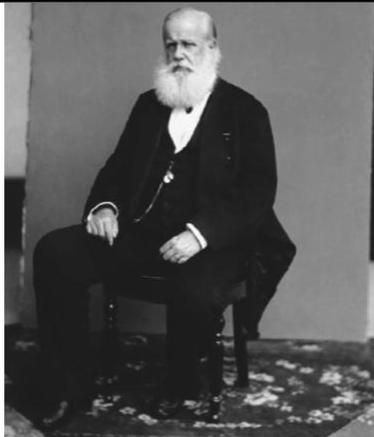
A imagem retrata uma cena da vida cotidiana dos escravos urbanos na inícios do século XIX. Lembrando que as atividades desempenhadas por esses trabalhadores eram diversas, os escravos de aluguel representados na pintura

- a) vendiam a produção da lavoura cafeeira para os moradores das cidades.
- b) trabalhavam nas casas de seus senhores e acompanhavam as donzelas na rua.
- c) realizavam trabalhos temporários em troca de pagamento para os seus senhores.
- d) eram autônomos, sendo contratados por outros senhores para realizarem atividades comerciais.
- e) aguardavam a sua própria venda após desembarcarem no porto.

Questão 16 - (ENEM)



MOREAUX, F.R. **Proclamação da Independência.** Disponível em: www.tvbrasil.org.br. Acesso em 14 jun. 2010.



FERREZ, M. D. **Pedro II.**

SCHWARCZ, L.M. **As barbas do Imperador.** D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

As imagens, que retratam D. Pedro I e D. Pedro II, procuram transmitir determinadas representações políticas acerca dos dois monarcas e seus contextos de atuação. A ideia que cada imagem evoca é, respectivamente:

- Habilidade militar – riqueza pessoal.
- Liderança popular – estabilidade política.
- Instabilidade econômica – herança europeia.
- Isolamento político – centralização do poder.
- Nacionalismo exacerbado – inovação administrativa.

Questão 17 - (ENEM)

A análise histórica dos problemas que envolvem a cidadania no Brasil possibilita considerar-se que a herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelaram-se persistentes.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 45 (adaptado).

Com base na herança colonial, tratada no texto acima, deve-se considerar que

- a prevalência dos latifúndios alimentou a migração e propiciou a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).
- a Abolição da Escravatura permitiu que os exescravos alcançassem direitos políticos, civis e sociais, sendo estes reforçados, posteriormente, na Constituição de 1891.
- direitos civis, aqueles que dizem respeito às liberdades e garantias individuais, foram estabelecidos no Brasil, pela primeira vez, na Constituição de 1988.
- exemplo de “Estado comprometido com o poder privado” é a República Velha, período em que os coronéis dominavam o poder público, ao adotarem uma política patrimonialista, a qual Getúlio Vargas conseguiu eliminar do país após 1930.
- Antônio Conselheiro, líder do movimento messiânico de Canudos, pode ser identificado como precursor na luta pelos direitos civis no Brasil, uma vez que defendia o direito de seus liderados se expressarem livremente.

Questão 18 - (ENEM)

Poucos países têm uma história eleitoral tão rica quanto a do Brasil. Durante o período colonial, a população das vilas e cidades elegia os representantes dos Conselhos Municipais. As primeiras eleições gerais para escolha dos representantes à Corte de Lisboa ocorreram em 1821. Desde 1824, quando aconteceu a primeira eleição pós-independência, foram eleitas 52 legislaturas para a Câmara dos Deputados. E, somente durante o Estado Novo (1937-1945), as eleições para a Câmara foram suspensas.

NICOLAU, J. **História do voto no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004 (adaptado).

Embora o Brasil tenha um longo histórico de eleições para o Poder Legislativo, em diversas oportunidades os pleitos ocorreram com sérias restrições ao pleno exercício da cidadania. Um período da história brasileira com eleições legislativas e uma restrição à cidadania política estão elencados, respectivamente, em:

- I Reinado (1822-1831) – exclusão dos analfabetos.
- II Reinado (1840-1889) – exigência de renda.
- Primeira República (1889-1930) – exclusão dos escravos.
- República Liberal (1945-1964) – exigência de curso superior.
- Nova República (após 1985) – exclusão das mulheres.

Questão 19 - (ENEM)

Eleições, no Império, eram um acontecimento muito especial. Nesses dias o mais modesto cidadão vestia sua melhor roupa, ou a menos surrada, e exibia até sapatos, peças do vestuário tão valorizadas entre aqueles que pouco tinham. Em contraste com essa maioria, vestimentas de gala de autoridades civis, militares e eclesiásticas — tudo do bom e do melhor compunha a indumentária de quem era mais que um cidadão qualquer e queria exibir em público essa sua privilegiada condição.

CAVANI, S. Às urnas, cidadãos!

In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 3, nº 26, nov. 2007.

No Brasil do século XIX, a noção de cidadania estava vinculada à participação nos processos eleitorais. As eleições revelavam um tipo de cidadania carente da igualdade jurídica defendida nesse mesmo período por muitos movimentos europeus herdeiros do Iluminismo devido à

- exclusão dos analfabetos, que impedia a maioria da população de participar das eleições.
- raridade das eleições, que criava apenas a ilusão de participação entre os cidadãos.
- vigência da Constituição do Império, que definia como cidadãos apenas aqueles que eram eleitos.
- presença do Poder Moderador, que significava, na prática, a inutilidade das eleições legislativas.
- existência do voto censitário, que reafirmava as hierarquias sociais.